

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA | | |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/9509 | 14209/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Assunto do Processo | | |
| Proposta à Câmara Municipal - CPE.02.26.DMOSM_CRIAÇÃO DE BACIA DE RETENÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ESTE_Aprovação da abertura do procedimento. | | |
| Unidade Administrativa | | |
| DOM - UAC [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

**CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.02.26.DMOSM
PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO –
CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: Município de Braga - alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

| Contratação: Empreitada de "CRIAÇÃO DE BACIA DE RETENÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ESTE". | | |
|---|---|--|
| Vocabulário CPV: 45246200-5 Obras de proteção de margens | Prazo máximo de execução: 365 dias | Preço Base: €2.524.266,60 |

I – ENQUADRAMENTO

O Projeto de Execução "CRIAÇÃO DE BACIA DE RETENÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ESTE", elaborado por equipa multidisciplinar, reúne a apresentação de uma proposta de



adaptação de um troço de 700 m de extensão do rio Este e zona envolvente, localizado na cidade de Braga, a jusante do parque industrial da Bosch, para criação de uma bacia de retenção e renaturalização desta zona ribeirinha numa área (com cerca de 11 ha) a formalizar como Parque Ecológico do Rio Este, com a pretensão de reforçar a resiliência deste sistema fluvial e a diminuição da vulnerabilidade da população, património e atividades económicas existentes na sua proximidade a danos decorrentes de cheias, conciliando soluções hidráulicas com Soluções baseadas na Natureza (SbN), através de processos de restauro dos ecossistemas e retenção natural de água no solo.

Esta intervenção visa aumentar a segurança de pessoas e bens neste lugar, maximizando a capacidade de resiliência hidrológica/hidráulica desta zona ribeirinha face ao atual risco de cheias e inundações e demais alterações ambientais e sociais emergentes, enquanto se reforça a conectividade ecológica e se cria um ambiente mais saudável, com impactos positivos significativos adicionais, ao nível da qualidade visual e funcional da paisagem envolvente e da própria literacia ambiental da população em geral, ao disponibilizar informação sobre as SbN e respetivas temáticas associadas.

Para o efeito, propõe-se um conjunto de ações e soluções amigas do ambiente e de adaptação às alterações climáticas e equilíbrio carbónico, que concretizam localmente as medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas, previstas no Art. 33.º da Lei da Água, e as normas de minimização dos riscos de inundações, previstas no Anexo IX da RCM n.º 63/2024, de 22 de abril, para a implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA) e da Diretiva da Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações, respetivamente.

Para o efeito, propõe-se um conjunto de ações e soluções amigas do ambiente e de adaptação às alterações climáticas e equilíbrio carbónico, que concretizam localmente as medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas, previstas no Art. 33.º da Lei da Água, e as normas de minimização dos riscos de inundações, previstas no Anexo IX da RCM n.º 63/2024, de 22 de abril, para a implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA) e da Diretiva da Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações, respetivamente.





Planta do proposto

II – PARECERES PRÉVIOS:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR);
- E-Redes.

Declaração de Utilidade Pública

Por despacho de 16 de dezembro de 2025, emitido ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, e para os efeitos previstos no artigo 1.º, no n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, com os fundamentos de facto e de direito ínsitos na Informação n.º I-000723-2025, de 30 de dezembro de 2025, da Direção-Geral das Autarquias Locais, determinou-se a utilidade pública urgente da expropriação das parcelas envolvidas.

II – DISPENSA DE CUMPRIMENTO DE NORMATIVOS LEGAIS:

III.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes



Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção.

III.2. Fundamentação do preço base

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa.

III.3. Dispensa de Revisão de Projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias. A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos. O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida. De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima da 3.ª categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00. Conscientes deste facto, no entanto, O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus. Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento, total ou parcial, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de metas de execução parcial a garantir para o conjunto dos contratos de financiamento celebrados, nomeadamente, associado ao total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente - estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de 45 dias e um prazo estimado de



contratualização e execução da revisão de projeto em 3 a 4 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento nos termos referidos no paragrafo anterior.

Pese embora o exposto, tratando-se de um projeto executado externamente, o município assumiu internamente, como é habitual, a realização da Revisão Interna do projeto.

Por outro lado, a Lei do Orçamento do Estado para 2026, aprovada pela Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, veio alterar a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. A partir de janeiro de 2026, fruto daquela alteração legal, também os efeitos do artigo 18.º, n.º 2 da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, passam a estar suspensos até ser aprovada a regulamentação da revisão do projeto. O que significa, na prática, que ambas as normas legais que impõe a revisão do projeto – artigo 43.º, n.º 2 do CCP e artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho – estão atualmente suspensas.

IV – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

1. A adjudicação será efetuada nos termos do regulamento de análise e avaliação de propostas integrante do Programa de Concurso, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa prevista do número 1/a) do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade de multifator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a 2 (dois) aspetos da execução do contrato a celebrar, Preço Proposto e Valia Técnica da proposta.
2. Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.
3. a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
4. b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores e subfatores:

| Fatores | Subfatores | Ponderação | |
|----------------------------------|-----------------------|------------|-------------|
| Preço | | 80% | 100% |
| Valia técnica da proposta | Metodologia | 50% | |
| | Programa de trabalhos | 50% | |

5. As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.
6. Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.
7. A valorização do **factor preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);
8. O fator preço será valorizado de 0 (zero) a 8 (oito) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 8 (oito) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.



9. A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à fórmula indicada no Programa do Procedimento.
10. A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (**365** dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a **305 dias** de calendário.
11. O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (365 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto na alínea h) do presente ponto (305 dias).
12. A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à indicada no Programa do Procedimento.
13. A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática:

$$\text{Avaliação} = \text{Fator preço} \times 0,8 + \text{Fator prazo} \times 0,2$$

Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmo termos previstos nas alíneas anteriores, ou seja, seja ordenada, entre estas, em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.

V – PRESSUPOSTOS DA ADJUDICAÇÃO:

V.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá adjudicar aquela que - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de excecionalidade e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

V.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade do contraente público efetuar adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo. Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, nomeadamente associada á perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

VI – PROPOSTA

Propõe-se a aprovação da abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela



Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada “**CRIAÇÃO DE BACIA DE RETENÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ESTE**”, com valor base **€2.524.266,60 (dois milhões quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e seis euros e sessenta cêntimos)** (sem IVA).

1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

i. Programa do procedimento;

ii. Caderno de encargos;

iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30** dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República***. **

3. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Valéria Borges (Presidente do júri)

Rita Gonçalves

António Torres

Membros suplentes:

Carlos Rodrigues

Ana Martins

3.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro: António Torre

4. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng. António Peixoto**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

5. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais / Departamento de Obras Municipais / Unidade de apoio à Contratação (DMOSM/DOM/UAC) as seguintes competências:



- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

6. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 100617 de 13/03/2026.

7. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 19 de março de 2026

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Convite; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

